



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.589-B, DE 2025

(Do Sr. Robinson Faria)

Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos para o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares; tendo parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, pela aprovação deste e das emendas 1/2025, 2/2025, 3/2025 e 4/2025, apresentadas na comissão, com substitutivo (relator: DEP. ALLAN GARCÊS); e da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, pela aprovação deste e do substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com substitutivo (relator: DEP. DUARTE JR.).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO;
DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado:

- Emendas apresentadas (4)
- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

III - Na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Robinson Faria

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Do Sr. ROBINSON FARIA)

Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos para o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criadas Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos dentro das Delegacias de Polícia Civil dos Estados e do Distrito Federal para atendimento de ocorrências relacionadas à violência contra pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Art. 2º As Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos previstos no artigo 1º deverão:

I – contar com profissionais capacitados para atender vítimas autistas e seus familiares, garantindo um atendimento humanizado e acessível;

II – realizar investigações especializadas sobre crimes de violência física, psicológica, patrimonial e outras formas de abuso contra pessoas com TEA;

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Anexo IV, 7º andar, Gabinete 706
CEP 70160-900 – Brasília/DF

dep.robinsonfaria@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Robinson Faria

III – promover ações de conscientização e combate à violência contra pessoas autistas, em parceria com órgãos públicos e organizações da sociedade civil;

Art. 3º Os órgãos responsáveis pela segurança pública, em conjunto com entidades especializadas, deverão oferecer capacitação contínua para os servidores que atuarão nessas unidades.

Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal poderão adaptar a estrutura das Delegacias de Polícia Civil já existentes para a implementação dos Núcleos Específicos, conforme disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei tem como objetivo garantir atendimento especializado e humanizado para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares nos casos de violência e abuso. Embora a legislação brasileira tenha avançado na proteção dos direitos das pessoas autistas, na prática, ainda há enormes barreiras quando essas vítimas precisam buscar auxílio nas delegacias comuns.

A violência contra pessoas com TEA pode se manifestar de diversas formas, incluindo agressões físicas, psicológicas, abusos financeiros, negligência e exploração. Estudos indicam que indivíduos do espectro autista estão mais vulneráveis a crimes de violência e abuso, muitas vezes em razão

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Anexo IV, 7º andar, Gabinete 706
CEP 70160-900 – Brasília/DF

dep.robinsonfaria@camara.leg.br





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Robinson Faria

da dificuldade de comunicação, compreensão social ou dependência de terceiros para atividades do dia a dia.

Além disso, muitas famílias enfrentam despreparo e falta de empatia ao denunciar esses crimes. Profissionais da segurança pública nem sempre recebem treinamento adequado para lidar com as necessidades sensoriais, emocionais e comportamentais de pessoas autistas. Isso pode resultar em abordagens inadequadas, revitimização ou até mesmo na subnotificação dos casos, impedindo a formulação de políticas públicas eficazes.

A Lei nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reconhece o autismo como uma deficiência para todos os efeitos legais, garantindo o direito à proteção e à dignidade. No entanto, essa legislação não especifica mecanismos de atendimento especializado dentro das delegacias, deixando um vácuo que precisa ser preenchido.

A criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos dentro das delegacias já existentes permitirá que vítimas e suas famílias tenham acesso a um atendimento mais sensível, humanizado e eficiente. Para tanto, o projeto prevê:

- Capacitação contínua de delegados, investigadores e escrivães para compreender e atender adequadamente as particularidades das pessoas autistas;
- Infraestrutura adaptada, considerando questões sensoriais e comunicacionais que possam impactar o depoimento da vítima;
- Acompanhamento por profissionais especializados, como psicólogos e assistentes sociais, garantindo que o autista seja ouvido de maneira apropriada;





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Robinson Faria

- Monitoramento estatístico dos casos de violência contra autistas, possibilitando a criação de políticas públicas mais eficazes;
- Campanhas de conscientização e incentivo à denúncia, promovendo a participação ativa da sociedade no combate a esses crimes.

Essa proposta não apenas fortalece o compromisso do Estado com os direitos da população autista, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. Delegacias preparadas para atender essa demanda representam um avanço no combate à impunidade e na promoção da segurança das pessoas autistas e suas famílias.

Diante da relevância e urgência da matéria, solicito o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste Projeto de Lei, garantindo mais dignidade, respeito e proteção à comunidade autista.

Sala das Sessões, em de de 2025.

ROBINSON FARIA

Deputado Federal

Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Anexo IV, 7º andar, Gabinete 706
CEP 70160-900 – Brasília/DF

dep.robinsonfaria@camara.leg.br



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 1.589, DE 2025

Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos para o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares.

EMENDA ADITIVA Nº 1

Acrescente-se os seguintes incisos ao artigo 2º do Projeto:

“IV – disponibilizar intérpretes ou profissionais com formação em comunicação alternativa para auxílio na escuta de vítimas com dificuldades de linguagem;

V – assegurar espaço físico adaptado e livre de estímulos sensoriais excessivos (como luz intensa ou ruídos), respeitando as particularidades sensoriais do público autista;

VI – estabelecer parceria com universidades e instituições de pesquisa para desenvolvimento contínuo de boas práticas no atendimento.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 1.589/2025, inserindo três novos incisos ao caput do artigo 2º, é altamente pertinente, pois aprimora o conteúdo ao detalhar medidas concretas para tornar o atendimento às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) mais acessível e eficaz. A previsão de intérpretes ou profissionais com formação em comunicação alternativa atende diretamente à diversidade de perfis comunicacionais das pessoas autistas, garantindo que vítimas com limitações verbais possam ser ouvidas com respeito e precisão. Essa inclusão é essencial para assegurar o



direito à escuta qualificada e evitar que a barreira da linguagem comprometa a apuração de denúncias e o acolhimento humanizado.

Adicionalmente, a exigência de um espaço físico adaptado e livre de estímulos sensoriais intensos, assim como a parceria com universidades para o desenvolvimento de boas práticas, reforça o caráter técnico e científico da política pública proposta. Tais medidas demonstram sensibilidade às particularidades sensoriais comuns no espectro autista e promovem o constante aprimoramento institucional. Com isso, a emenda aditiva fortalece a proposta original do projeto, elevando o padrão de atendimento nas delegacias e consolidando uma política de proteção autêntica, inclusiva e em sintonia com os avanços contemporâneos no campo da neurodiversidade.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DELEGADO FABIO COSTA

2025-10261



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 1.589, DE 2025

Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos para o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares.

EMENDA ADITIVA Nº 2

Acrescente-se à parte final do artigo 5º a seguinte expressão :

“Art.5º, podendo ser suplementadas, se necessário, inclusive por meio de convênios com entidades públicas e privadas, doações e fundos vinculados à proteção dos direitos da pessoa com deficiência.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 1.589/2025 é altamente oportuna ao incluir, no artigo 5º, alternativas complementares de financiamento para a implementação das Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos voltados ao atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A previsão de recursos provenientes de convênios com entidades públicas e privadas, doações e fundos vinculados à proteção dos direitos da pessoa com deficiência amplia a sustentabilidade financeira do projeto, mitigando eventuais entraves orçamentários enfrentados pelos entes federativos.

Essa emenda contribui diretamente para a viabilidade prática da proposta, ao diversificar as fontes de custeio e promover a articulação entre diferentes setores da sociedade. A inclusão de mecanismos como fundos e



parcerias com instituições da sociedade civil e iniciativa privada também está alinhada com os princípios da gestão compartilhada e da responsabilidade social, favorecendo a implementação célere e eficaz das unidades especializadas. Dessa forma, a emenda fortalece os instrumentos operacionais da política pública e assegura maior estabilidade e continuidade aos serviços prestados.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DELEGADO FABIO COSTA

2025-10261



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 1.589, DE 2025

Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos para o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 3

Dê-se ao art.3º do Projeto a seguinte redação:

“Art.3º Os órgãos responsáveis pela segurança pública, em conjunto com entidades especializadas, deverão promover capacitação inicial e continuada, com conteúdo teórico e prático, para os servidores que atuarão nessas unidades, incluindo temas sobre neurodiversidade, comunicação não verbal, regulação emocional e abordagem não violenta.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda Modificativa ao Projeto de Lei nº 1.589/2025 é conveniente por fortalecer significativamente o eixo formativo da proposta, ao alterar a redação do art. 3º, exigindo capacitação inicial e continuada dos servidores das Delegacias Especializadas ou Núcleos de Atendimento. A nova redação vai além da previsão genérica de treinamento, detalhando que a formação deve contemplar conteúdos teóricos e práticos, com ênfase em temas cruciais como neurodiversidade, comunicação não verbal, regulação emocional e abordagem não violenta. Essa especificidade contribui para garantir que os profissionais estejam de fato preparados para lidar com a complexidade do atendimento a pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).



Além disso, a emenda promove um alinhamento mais estreito entre a prática policial e os princípios de direitos humanos e inclusão social. O conhecimento sobre comunicação não verbal e regulação emocional é fundamental para evitar abordagens inadequadas que possam gerar estresse ou revitimização. Já o enfoque na abordagem não violenta e na compreensão da neurodiversidade ajuda a construir um ambiente de acolhimento e respeito, essencial para a efetividade das ações dessas unidades especializadas. Dessa forma, a emenda qualifica a implementação da política pública, contribuindo para seu sucesso e legitimidade social.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DELEGADO FABIO COSTA

2025-10261



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 1.589, DE 2025

Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos para o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 4

Dê-se à ementa do Projeto a seguinte redação:

“Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos de Atendimento à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), visando proteção integral, humanizada e inclusiva.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda Modificativa da à ementa do Projeto a seguinte redação: “Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos de Atendimento à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA), visando proteção integral, humanizada e inclusiva”.

A modificação da ementa do Projeto de Lei nº 1.589/2025, conforme propõe a Emenda Modificativa nº 1, é conveniente por conferir maior clareza e abrangência à finalidade do projeto. Ao substituir “Núcleos Específicos” por “Núcleos de Atendimento à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)” e



acrescentar expressamente os objetivos de “proteção integral, humanizada e inclusiva”, a nova redação alinha-se mais diretamente aos princípios previstos na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA. Isso reforça o caráter protetivo e garante que a atuação dos



órgãos de segurança pública esteja orientada por diretrizes compatíveis com a dignidade da pessoa autista.

Além disso, a nova ementa amplia o escopo simbólico e normativo da proposta, deixando evidente que a atuação estatal deve ir além do mero enfrentamento à violência, incluindo medidas preventivas e de inclusão. Essa mudança fortalece a justificativa do projeto, ao explicitar que o atendimento às pessoas com TEA nas delegacias deve ser estruturado para promover acolhimento qualificado, respeitando as especificidades sensoriais, emocionais e comunicacionais desse público. Assim, a nova redação contribui para uma melhor interpretação e aplicação da lei, orientando políticas públicas mais eficazes e centradas na pessoa.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado DELEGADO FABIO COSTA

2025-10261





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 1.589, DE 2025.

Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos para o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares.

Autor: Deputado ROBINSON FARIA (PL/RN).

Relator: Deputado ALLAN GARCÊS (PP/MA).

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.589, de 2025, de autoria do nobre Deputado Robinson Faria (PL/RN), que dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos para o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares.

Em sua justificação, o autor destaca que “o presente Projeto de Lei tem como objetivo garantir atendimento especializado e humanizado para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares nos casos de violência e abuso. Embora a legislação brasileira tenha avançado na proteção dos direitos das pessoas autistas, na prática, ainda há enormes barreiras quando essas vítimas precisam buscar auxílio nas delegacias comuns”.

Assim, este Projeto de Lei visa a positivar no ordenamento jurídico brasileiro regra que possa ampliar atendimento especializado e humanizado para vítimas de crimes, com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 558, Brasília-DF, Cep: 70.160-900
Fone: 61.3215-5558, e-mail: dep.dr.allangarcès@camara.leg.br



O despacho inicial de tramitação determinou a apreciação do Projeto pelas Comissões Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

O regime de tramitação é o ordinário (art. 151, III, RICD) e a matéria está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD).

A proposição foi distribuída a este Relator, nesta Comissão, no dia 12/06/2025 e recebeu quatro emendas no prazo legal, todas de autoria do nobre Deputado Delegado Fabio Costa (PP/AL).

De forma que submeto ao Colegiado o meu parecer dentro do prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O presente Projeto de Lei foi distribuído para esta Comissão em razão das competências estabelecidas no art. 32, inciso XVI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. De maneira que a proposição em análise atende ao disposto no Regimento Interno e, neste quesito, não merece reparos em sua estrutura textual ou de tramitação.

No que se refere ao mérito, entendo que o projeto de lei merece prosperar, pois promove inovação legislativa relevante, necessária e urgente para assegurar atendimento especializado e humanizado para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares nos casos de violência e abuso.

Segundo consta da justificativa do projeto, "a Lei nº 12.764/2012, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reconhece o autismo

Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 558, Brasília-DF, Cep: 70.160-900
Fone: 61.3215-5558, e-mail: dep.dr.allangarcés@camara.leg.br



como uma deficiência para todos os efeitos legais, garantindo o direito à proteção e à dignidade. No entanto, essa legislação não especifica mecanismos de atendimento especializado dentro das delegacias, deixando um vácuo que precisa ser preenchido”.

De forma que a criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos, dentro das delegacias já existentes, permitirá que as vítimas e suas respectivas famílias possam ter um atendimento eficiente.

O TEA é um transtorno de neurodesenvolvimento em que a alteração, que ocorre dentro do cérebro, decorre de conexões entre os neurônios fora do padrão esperado, resultando numa situação em que o indivíduo tem dificuldade na comunicação social e mantém um interesse limitado e estereotipado, levando à dificuldade de interação com as outras pessoas.

Destaque-se que, de acordo com os dados recentes, 2 milhões de pessoas têm autismo no Brasil, sendo importante considerar o aumento de casos detectados devido à evolução da ciência e maior interesse global, tornando os dados mais acessíveis. (fonte: <https://ijc.org.br/paginas/sobre-tea.aspx>)

No prazo regimental, a proposição recebeu quatro emendas, todas de autoria do nobre Deputado Delegado Fabio Costa (PP/AL), as quais aprimoram o texto original. Acolho, portanto, as emendas apresentadas, na forma do texto substitutivo que apresento em anexo.

Com isso, entendo como relevante a proposição ora relatada, pois fortalecerá o compromisso do Estado com os direitos da população autista, notadamente para criar Delegacias preparadas para atender essa demanda e garantir o direito à proteção e à

Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 558, Brasília-DF, Cep: 70.160-900
Fone: 61.3215-5558, e-mail: dep.dr.allangarces@camara.leg.br



dignidade.

III - CONCLUSÃO

Ante ao exposto, o meu voto é, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.589, de 2025, e das emendas apresentadas, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em 27 de agosto de 2025.

Deputado Allan Garcês (PP/MA)
Relator

Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 558, Brasília-DF, Cep: 70.160-900
Fone: 61.3215-5558, e-mail: dep.dr.allangarces@camara.leg.br



COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.589, DE 2025.

Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos para o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares, visando a proteção das vítimas.

Autor: Deputado ROBINSON FARIA
(PL/RN).

Relator: Deputado ALLAN GARCÊS
(PP/MA).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criadas Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos dentro das Delegacias de Polícia Civil dos Estados e do Distrito Federal para atendimento de ocorrências relacionadas à violência contra pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Art. 2º As Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos previstos no artigo 1º deverão:

I – contar com profissionais capacitados para atender vítimas autistas e seus familiares, garantindo um atendimento humanizado e acessível;

II – realizar investigações especializadas sobre crimes de violência física, psicológica, patrimonial e outras formas de abuso contra pessoas com TEA;

III – promover ações de conscientização e combate à

Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 558, Brasília-DF, Cep: 70.160-900
Fone: 61.3215-5558, e-mail: dep.dr.allangarcês@camara.leg.br



violência contra pessoas autistas, em parceria com órgãos públicos e organizações da sociedade civil;

IV – disponibilizar intérpretes ou profissionais com formação em comunicação alternativa para auxílio na escuta de vítimas com dificuldades de linguagem;

V – assegurar espaço físico adaptado e livre de estímulos sensoriais excessivos de luz intensa ou de ruídos, respeitando as particularidades sensoriais do público autista.

Art. 3º Os órgãos responsáveis pela segurança pública, em conjunto com entidades especializadas, deverão promover capacitação continuada, com conteúdo teórico e prático, para os servidores que atuarão nessas unidades, incluindo temas sobre neurodiversidade, comunicação não verbal e regulação emocional.

Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal poderão adaptar a estrutura das Delegacias de Polícia Civil já existente para a implementação dos Núcleos Específicos, conforme disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário, inclusive por meio de convênios com entidades públicas e privadas, doações e fundos vinculados à proteção dos direitos da pessoa com deficiência.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 27 de agosto de 2025.

Deputado Allan Garcês (PP/MA)
Relator

Câmara dos Deputados, anexo IV, gabinete 558, Brasília-DF, Cep: 70.160-900
Fone: 61.3215-5558, e-mail: dep.dr.allangarces@camara.leg.br





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 1.589, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.589/2025 e das Emendas 1/2025, 2/2025, 3/2025 e 4/2025, apresentadas nesta comissão, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Allan Garcês.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Delegado Paulo Bilynskyj - Presidente, Coronel Ulysses, Sargento Gonçalves e Dr. Ismael Alexandrino - Vice-Presidentes, Alberto Fraga, Aluisio Mendes, André Fernandes, Delegada Ione, Delegado Caveira, Delegado da Cunha, Delegado Fabio Costa, Delegado Palumbo, Delegado Ramagem, Eriberto Medeiros, Flávio Nogueira, Lincoln Portela, Nicoletti, Rodrigo da Zaeli, Sanderson, Sargento Fahur, Sargento Portugal, Allan Garcês, Cabo Gilberto Silva, Capitão Alberto Neto, Caroline de Toni, Coronel Assis, Coronel Meira, Dayany Bittencourt, Duda Salabert, Evair Vieira de Melo, Gilvan da Federal, Kim Kataguirí, Mersinho Lucena e Rodolfo Nogueira.

Sala da Comissão, em 16 de setembro de 2025.

Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ
Presidente



**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 1.589, DE
2025**

Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos para o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares, visando a proteção das vítimas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criadas Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos dentro das Delegacias de Polícia Civil dos Estados e do Distrito Federal para atendimento de ocorrências relacionadas à violência contra pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Art. 2º As Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos previstos no artigo 1º deverão:

I – contar com profissionais capacitados para atender vítimas autistas e seus familiares, garantindo um atendimento humanizado e acessível;

II – realizar investigações especializadas sobre crimes de violência física, psicológica, patrimonial e outras formas de abuso contra pessoas com TEA;

III – promover ações de conscientização e combate à violência contra pessoas autistas, em parceria com órgãos públicos e organizações da sociedade civil;

IV – disponibilizar intérpretes ou profissionais com formação em comunicação alternativa para auxílio na escuta de vítimas com dificuldades de linguagem;

V – assegurar espaço físico adaptado e livre de



estímulos sensoriais excessivos de luz intensa ou de ruídos, respeitando as particularidades sensoriais do público autista.

Art. 3º Os órgãos responsáveis pela segurança pública, em conjunto com entidades especializadas, deverão promover capacitação continuada, com conteúdo teórico e prático, para os servidores que atuarão nessas unidades, incluindo temas sobre neurodiversidade, comunicação não verbal e regulação emocional.

Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal poderão adaptar a estrutura das Delegacias de Polícia Civil já existente para a implementação dos Núcleos Específicos, conforme disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário, inclusive por meio de convênios com entidades públicas e privadas, doações e fundos vinculados à proteção dos direitos da pessoa com deficiência.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 2025.

Deputado Delegado Paulo Bilynskyj
Presidente



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 1.589, DE 2025.

Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos para o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares.

Autor: Deputado ROBINSON FARIA

Relator: Deputado DUARTE JR.

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.589, de 2025, de autoria do nobre Deputado Robinson Faria (PL/RN), que dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos para o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares.

A proposição tem como finalidade assegurar um atendimento policial humanizado, acessível e adequado às pessoas com TEA e seus familiares, garantindo-lhes acolhimento digno, respeitoso e conforme suas particularidades sensoriais e comportamentais.

Em seu art. 3º, determina que os Estados e o Distrito Federal poderão adaptar a estrutura das Delegacias de Polícia Civil já existentes para a implementação dos Núcleos Específicos, conforme sua disponibilidade orçamentaria e conveniência administrativa.

Na forma do despacho da Presidência da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 1.589, de 2025, foi distribuído à Comissão Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPD) e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), à qual incumbe apreciar a matéria nos termos do art. 54, do



Regimento Interno desta Casa. Consoante o que dispõe o art. 24, inciso II, também do Regimento Interno, a proposição sujeita-se à apreciação conclusiva pelas Comissões e tem, conforme o art. 151, inciso II, do mesmo diploma legal, tramitação ordinária.

A proposição foi distribuída a Comissão Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) no dia 12/06/2025 e recebeu quatro emendas no prazo legal, todas de autoria do nobre Deputado Delegado Fabio Costa (PP/ AL). Sendo aprovado nesta comissão o parecer do relator Deputado Allan Garcês, com substitutivo.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta CPD.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 1.589, de 2025, de autoria do Deputado Robinson Faria, dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos para o atendimento de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e seus familiares.

A proposição tem como finalidade assegurar um atendimento adequado, humanizado e inclusivo às pessoas com TEA nas unidades de segurança pública, considerando suas especificidades comportamentais e comunicativas.

Trata-se de uma iniciativa de grande relevância social, que visa garantir o direito à acessibilidade e à proteção integral, princípios consagrados pela Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana) e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

Ao prever a criação de delegacias ou núcleos especializados, o projeto busca capacitar profissionais da segurança pública para o atendimento às pessoas com TEA e seus familiares, assegurando o acolhimento adequado, o respeito à diversidade e a proteção contra qualquer forma de discriminação.

Cumprido destacar que a proposta não impõe ônus imediato aos entes federados, podendo sua implementação ocorrer de forma gradativa e



conforme as possibilidades orçamentárias e administrativas, o que reforça sua viabilidade.

Dessa forma, entende-se que o projeto contribui significativamente para o fortalecimento das políticas públicas de inclusão e cidadania e representa um avanço na construção de uma sociedade mais justa e acessível.

Por fim, entendemos que o projeto contribui de maneira significativa para o fortalecimento da transparência e do controle social sobre as políticas públicas destinadas às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), assegurando maior efetividade na promoção de seus direitos e na inclusão social. Por essas razões, no mérito que compete a esta Comissão analisar, votamos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 1.589/2025, de autoria do Deputado Federal Robinson Faria, na forma do substitutivo e somos pela aprovação do substitutivo apresentado na CSPCCO.

Sala da Comissão, em de outubro de 2025.



Deputado Duarte Jr.
Relator



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.589, DE 2025.

Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos para o atendimento de pessoas com deficiência e seus familiares.

Autor: Deputado ROBINSON FARIA

Relator: Deputado DUARTE JR.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criadas, no âmbito das Polícias Cíveis dos Estados e do Distrito Federal, Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos destinados ao atendimento de ocorrências relacionadas à violência, abuso, discriminação ou qualquer violação de direitos contra pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

Art. 2º As Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos previstos no artigo 1º deverão:

I – contar com profissionais capacitados para o atendimento humanizado, acessível e adequado às diferentes deficiências, inclusive sensoriais, intelectuais, físicas e psicossociais, bem como aos familiares e acompanhantes das vítimas;

II – realizar investigações especializadas sobre crimes de violência física, psicológica, sexual, patrimonial, institucional ou qualquer forma de violação de direitos de pessoas com deficiência;

III – assegurar a acessibilidade física, comunicacional e atitudinal em



todas as etapas do atendimento, incluindo recursos de tecnologia assistiva e interpretes de Libras, quando nescessario;

IV – promover ações de conscientização e combate à violencia e à discriminação contra pessoas com deficiência, em parceria com órgãos públicos, conselhos de direitos e organizações da sociedade civil.

Art. 3º Os órgãos responsáveis pela segurança pública, em conjunto com entidades especializadas na área da deficiência, deverão oferecer capacitação inicial e continuada aos servidores que atuarem nessas unidades, com foco em direitos humanos, acessibilidade e atendimento inclusivo.

Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal poderão adaptar a estrutura das Delegacias de Polícia Civil já existente para a implementação dos Núcleos Específicos, conforme disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário, inclusive por meio de convênios com entidades públicas e privadas, doações e fundos vinculados à proteção dos direitos da pessoa com deficiência.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de outubro de 2025.



Deputado Duarte Jr.
Relator





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROJETO DE LEI Nº 1.589, DE 2025

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.589/2025 e do Substitutivo Adotado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Duarte Jr..

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Duarte Jr. - Presidente, Aureo Ribeiro - Vice-Presidente, Acácio Favacho, Dayany Bittencourt, Maria Rosas, Max Lemos, Paulo Alexandre Barbosa, Sargento Portugal, Thiago Flores, Zé Haroldo Cathedral, Andreia Siqueira, Clarissa Tércio, Erika Kokay, Felipe Becari, Flávia Moraes, Geraldo Resende, Leo Prates, Marcos Pollon, Miguel Lombardi e Renata Abreu.

Sala da Comissão, em 06 de novembro de 2025.

Deputado DUARTE JR.
Presidente



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.589, DE 2025.

Dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos para o atendimento de pessoas com deficiência e seus familiares.

Autor: Deputado ROBINSON FARIA

Relator: Deputado DUARTE JR.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criadas, no âmbito das Polícias Cíveis dos Estados e do Distrito Federal, Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos destinados ao atendimento de ocorrências relacionadas à violência, abuso, discriminação ou qualquer violação de direitos contra pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).

Art. 2º As Delegacias Especializadas ou Núcleos Específicos previstos no artigo 1º deverão:

I – contar com profissionais capacitados para o atendimento humanizado, acessível e adequado às diferentes deficiências, inclusive sensoriais, intelectuais, físicas e psicossociais, bem como aos familiares e acompanhantes das vítimas;

II – realizar investigações especializadas sobre crimes de violência física, psicológica, sexual, patrimonial, institucional ou qualquer forma de violação de direitos de pessoas com deficiência;

III – assegurar a acessibilidade física, comunicacional e atitudinal em todas as etapas do atendimento, incluindo recursos de tecnologia assistiva e intérpretes de Libras, quando necessário;



IV – promover ações de conscientização e combate à violência e à discriminação contra pessoas com deficiência, em parceria com órgãos públicos, conselhos de direitos e organizações da sociedade civil.

Art. 3º Os órgãos responsáveis pela segurança pública, em conjunto com entidades especializadas na área da deficiência, deverão oferecer capacitação inicial e continuada aos servidores que atuarem nessas unidades, com foco em direitos humanos, acessibilidade e atendimento inclusivo.

Art. 4º Os Estados e o Distrito Federal poderão adaptar a estrutura das Delegacias de Polícia Civil já existente para a implementação dos Núcleos Específicos, conforme disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário, inclusive por meio de convênios com entidades públicas e privadas, doações e fundos vinculados à proteção dos direitos da pessoa com deficiência.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 6 de novembro de 2025.



Deputado Duarte Jr.
Relator



FIM DO DOCUMENTO